

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

CD/22297033300

EMENDA SUPRESSIVA

Suprimam-se os artigos 25 a 29 do CAPÍTULO VII da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição da República de 1988, em seu artigo 62, concede ao Presidente da República a prerrogativa de adotar Medidas Provisórias, sendo, contudo, condição *sine qua non* para a sua edição a presença dos requisitos de relevância e urgência nas matérias tratadas.

Ocorre que as alterações promovidas no instituto da aprendizagem profissional pela Medida Provisória nº 1.116/2022, Capítulo VII, alteram estruturalmente a referida política pública de inclusão de adolescentes, jovens e pessoas com deficiência no mercado de trabalho, com impacto significativo no público prioritário para o qual a política foi concebida, qual seja, adolescentes. Subvertem, ainda, a sua essência motivo pelo qual demandam inexoravelmente amplo debate com a sociedade, em especial com os órgãos e entidades envolvidas na defesa e proteção dos direitos e interesses de adolescentes e jovens, bem como com o público beneficiário da referida ação afirmativa.

* C D 2 2 9 7 0 3 3 3 0 0 *



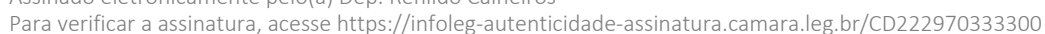
CD/2297.033300

CD/2297.633330

ferir

arlas

qual
país.
vezes
eles
o do
que
era
dida
seja,
dos
ato
inde
o ao
luziu
ncia,
s do
rir a
ções
gem
uma
de



vulnerabilidade socioeconômica, muitos com grande defasagem escolar, de ingressarem de forma protegida no mercado de trabalho.

Ademais, o trâmite do Projeto de Lei nº 6.461/2019 demonstra a necessidade de ampla discussão com diversos seguimentos da sociedade, mediante seminários e audiências públicas, alguns/algumas ainda a se realizar conforme requerimentos apresentados por Parlamentares.

A discussão, portanto, não se encontra maturada, razão pela qual é precipitada – e incabível, repise-se – a edição de Medida Provisória para promover alterações no instituto.

Com efeito, a aprendizagem profissional configura indispensável instrumento de concretização de direitos fundamentais de adolescentes e jovens, principalmente dos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, à profissionalização e à educação.

A Constituição aponta em sentido único, pela prevalência dos direitos sociais, pela erradicação da pobreza e das desigualdades sociais, pela proteção integral de crianças e adolescentes, pela não discriminação, pela dignidade da pessoa humana, de modo que o Estado Social e Democrático de Direito inaugurado em 1988 pressupõe o diálogo entre Poderes constituídos e sociedade, principalmente em questões que envolvam direitos fundamentais como a profissionalização de adolescentes e jovens.

A Medida Provisória, em conclusão, não é o meio adequado para a alteração do instituto da aprendizagem em razão da ausência de urgência e por se tratar de direito fundamental de adolescentes e jovens.

Brasília, em 09 de maio de 2022.

Renildo Calheiros

Deputado Federal - PCdoB

